

## No PNPG houve “apenas” onze incêndios Registados mais de 2000 fogos este ano no distrito de Braga



Reunião de trabalho prolongou-se por mais de duas horas

Daniel Lourenço  
Avelino Lima

Entre 1 de Janeiro e 15 de Outubro deste ano foram registados no distrito de Braga um total de 2029 fogos florestais. Estes dados foram ontem revelados pelos operacionais da protecção civil distrital a deputados do PS eleitos por Braga, numa reunião que se realizou no palácio do Governo Civil.

Apesar da enorme proporção e do impacto mediático que tiveram no último Verão, os fogos na área do Parque Nacional da Peneda-Gerês foram “apenas” 11, embora vários outros fogos tenham começado fora, acabando por se propagar para o interior do Parque.

Estes e outros dados foram ontem discutidos na reunião dos operacionais com os deputados, na qual estes verificaram: uma «notória a necessidade da aposta na prevenção» e na «agilização dos vários mecanismos de fiscalização e de investigação criminal», potenciando os meios existentes no distrito de Braga.

Concretamente sobre a questão do Parque Nacional, António José Seguro garantiu que «os deputados estão «muito atentos» e, nesse sentido, já têm feito propostas que visem um melhor funcionamento do Parque. «Estamos conscientes das suas dificuldades

e ainda no mês de Agosto tivemos uma reunião com o secretário de Estado do Ambiente em que abordámos o assunto. Agora, depois de recolhida toda a informação, vamos apresentar-lhe uma série de propostas concretas», referiu.

Quanto à reunião de ontem, classificada como «produtiva», porque «muito realista», onde as pessoas «colocaram em cima da mesa, de forma clara, todos os problemas», o deputado António José Seguro considerou «fundamental tomar medidas, desde já, em face da necessidade de prevenção dos fogos florestais em 2011». Depois de um investimento significativo em medidas de combate é «importante uma aposta mais significativa na prevenção», salientou o líder dos deputados socialistas eleitos por Braga.

### Fogo controlado muito burocrático

Seguro assumiu o compromisso de, no âmbito das suas competências enquanto deputados, apresentar «propostas legislativas na Assembleia da República e sugestões ao Governo» que reforcem a componente da prevenção. Em concreto, o socialista manifestou-se convicto que o melhor solução passa por apoiar a limpeza. «Antigamente, eram os proprietários que limpavam as matas, pre-

venindo fogos e obtendo benefício económico. Hoje em dia, isso praticamente desapareceu. Por isso, as pessoas precisam de incentivos para fazer esse trabalho, ou que exista alguém que o possa fazer pelos proprietários», explicou.

Mas há outros problemas, que dificultam a missão de limpar a mata. «Há muitas parcelas cujo proprietário não é conhecido, por falta de cadastro», disse. António Seguro referiu ainda que «é necessário agilizar o procedimento administrativo para a realização de queimadas e alargar o período para a realização dos fogos controlados», tendo em conta que, actualmente, «não existem pedidos para a realização de queimadas», pois as pessoas queixam-se de «excesso de burocracia».

Assim, entende o deputado, é importante «alterar a legislação» que regula as queimadas controladas, de modo a que estas possam ser feitas «ao longo de todo o ano» e não apenas num período específico, visando uma adaptação ao fenómeno das alterações climáticas. «Hoje em dia, não temos as mesmas condições de há 20 ou 30 anos, sendo muito mais difícil prever como serão as estações. Agora somos incapazes de prever o que vai acontecer na próxima Primavera e, por isso, temos que flexibilizar os prazos e os procedimentos para que as coisas possam ser feitas quando faz falta e não apenas quando diz uma lei, elaborada por um burocrata qualquer», notou.

Em ano de grande contenção, em face do orçamento entretanto aprovado, os deputados socialistas acreditam que, mesmo assim, é possível «melhorar as condições de prevenção de fogos florestais sem gastar mais dinheiro». Para José Seguro, a ideia de alterar o diploma que regula os fogos controlados pode ser uma boa medida que não vai implicar custos. «Não estamos perante um problema de dinheiro, mas de organização, de regras e de procedimento», acrescentou. Sublinhou ainda que investir na prevenção «não é um desperdício». Pelo contrário, «permite diminuição de custos no combate, nomeadamente em meios aéreos».

Neste encontro no Governo Civil de Braga estiveram presentes responsáveis distritais nas áreas da prevenção, da vigilância, da fiscalização, do combate aos incêndios e da investigação criminal que transmitiram «muita informação» aos deputados António José Seguro, Miguel Laranjeiro, Ricardo Gonçalves e Isabei Coutinho.